

O ministro é o médico

Tudo aquilo que todos sabiam ganhou confirmação legal: o Tribunal de Contas da União (TCU) comprovou que o caos vivido pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) é causado "exclusivamente" pela retenção ilegal do repasse de verbas do Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS, para o órgão. Portanto, o drama cotidiano visto em qualquer unidade de saúde do Brasil passou a ter responsável definido. Com certeza, esse dado pesará na decisão da Justiça ao julgar a ação movida pela secretária da Saúde da cidade paulista de Jundiaí, Ana Maria Muller, acusando o ministro da Previdência Social de crime de responsabilidade pelo fato de seu ministério ter deixado de repassar 15,5% da receita líquida das contribuições sobre a folha de pagamento para o Ministério da Saúde. Exigir o cumprimento da lei é o caminho.

O ministro Britto repete sempre duas certezas quando lida com a questão do repasse das verbas: uma é que "não há fábrica de dinheiro"; outra que o problema "não é do governo, mas do País". A partir dessas duas descobertas o ministro considera-se acima da necessidade de cumprir o que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Desde maio, quando se deu a suspensão dos repasses, a situação do Inamps desestabilizou-se por completo. Para que se tenha uma idéia da importância dessa fonte de recursos, em fevereiro últimos repasses significavam 61,8% do orçamento do Inamps.

É fato que o ministro da Previdência Social assim age amparado em instância superior. A contribuição das folhas de pagamento retida paga as parcelas mensais dos 147% dos aposentados. Honrar essa dívida — social sem qualquer dúvida — faz parte das opções políticas do presidente Itamar Franco. Como nem mesmo o maior poder da República está acima da lei, o ministro poderá responder por seus atos.

A escolha política do presidente, feita pelo temor da volta dos aposentados às ruas, teve o seu preço: a destruição do Inamps. Essa conclusão não é mais uma opi-

nião; é uma apreciação do TCU.

O dramático é que essa apreciação traduz-se em números. Especialmente vergonhosos. Quando o Inamps não recebe, os hospitais conveniados da rede particular também não recebem pelos serviços prestados. Como dos quase 7 mil hospitais brasileiros quase 5 mil são privados, pode ter-se uma boa idéia do dano que a escolha política do presidente Itamar Franco, apoiado por seu ministro, representou para aposentados ou não. Aos poucos os hospitais romperam os convênios e a única solução foi sobrecarregar quem não pode fechar suas portas: a rede hospitalar pública. Não é difícil imaginar o que aconteceu com essa rede a partir da falência do

Inamps. Para ficarmos em um único exemplo: no Rio de Janeiro o número de cardiopatas mortos nos hospitais públicos subiu 42% no último ano.

Os médicos comecem a denunciar que no silêncio

dos hospitais eles são obrigados a fazer suas escolhas. Não as mesmas do presidente Itamar ou do ministro Britto, mas aquelas bem mais terríveis que implicam decidir qual de dois pacientes agônicos deve sobreviver porque só existe um equipamento funcionando na UTI. Alguns médicos não escondem mais seu critério: tentam salvar o mais jovem! Em janeiro último o prefeito César Maia processou o governo estadual e também o federal por causa da situação de calamidade no setor de saúde do Rio de Janeiro. Os hospitais municipais não podem fechar as "emergências" e portanto passam a arcar diretamente com todo o caos do sistema. O prefeito carioca foi à Justiça de uma forma ampla sem definir diretamente responsabilidade como a secretária de Saúde do pequeno município paulista. A decisão do Tribunal de Contas ajuda a definir essa responsabilidade.

O lugar certo para cobrar o cumprimento da lei são os tribunais. Talvez a Justiça consiga lembrar aos ministros da área social do governo que Seguridade Social digna não é só pagar em dia os aposentados. Antes de mais nada, é preciso manter vivo esse aposentado para que ele receba o benefício a que tem sagrado direito.

No sistema hospitalar falido, o médico é obrigado a escolher quem deve sobreviver